

2022

PRESTAÇÃO DE

CONTAS

CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão

Documentos de
Prestação de Contas



ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	2
INTRODUÇÃO	3
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	7
2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	8
3. ATIVIDADE CONSOLIDADA	9
3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO	10
3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	13
4. ANEXOS	15

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 -ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.....	5
QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.....	7
QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA	8
QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – ATIVO.....	10
QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	11
QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – PASSIVO.....	12
QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2022.....	13

INTRODUÇÃO

Em relação à Consolidação de Contas, em cumprimento do disposto no nº2 do artigo 76º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.

O nº4 do artigo 52º da Lei nº98/97, de 26 de agosto, estabelece na sua atual redação, que “*As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho.*”

O Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro, prevê que as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só esse instrumento permite conhecer a sua verdadeira situação económico financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

O exercício de 2022 é o quarto exercício no qual o Município da Lousã apresenta Contas Consolidadas. No exercício de 2019, as contas foram apresentadas segundo o normativo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Já no exercício de 2020,2021 e 2022, o normativo utilizado é o SNC-AP.

Os interesses em outras entidades são regulados, de acordo com o SNC-AP, pelas seguintes normas:

- **Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas:** O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;

- **NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;

- **NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos:** O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e

empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- **NCP 24 – Acordos Conjuntos:** O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- **NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras;**
- **NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio;**
- **NCP 18 – Instrumentos Financeiros;**
- **NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas;**
- **EC – Estrutura Conceptual.**

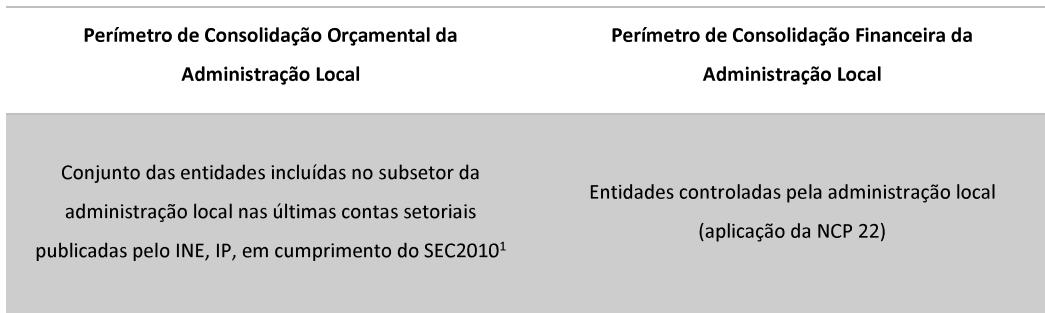
O Município da Lousã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que “devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município ...”.

O artigo 7.º do Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- **Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);**
- **Perímetro consolidação de natureza financeira (NCP 22).**

Assim, as Demonstrações Consolidadas Orçamentais e Financeiras consubstanciam-se em perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação consolidada.

Os diferentes perímetros podem apresentar-se da seguinte forma:



QUADRO 1 – ESQUEMA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA.

Desta forma, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, os municípios apresentam os mapas orçamentais para o perímetro orçamental e os mapas financeiros para o perímetro de controlo (financeiro).

Os documentos de prestação de contas consolidadas, do perímetro da consolidação financeira, compreendem a apresentação de um relatório de gestão e das seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados (por natureza) consolidada;
- Demonstração das alterações de património líquido consolidada;
- Demonstração de fluxos de caixa consolidada;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.

Os documentos do perímetro de consolidação orçamental são:

- Demonstração consolidada do desempenho orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

¹ Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais - SEC disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=456019385&att_display=n&att_download=y

Da análise efetuada à informação disponível sobre a consolidação da **parte orçamental**, que praticamente é apenas a que consta no SNC-AP, que serve para todas as entidades que aplicam este normativo, e pelos considerandos a seguir descritos, é entendimento não estarem reunidas as condições para que no ano de 2022, como já aconteceu no ano de 2020 e 2021, não se proceda a esta consolidação:

- Dada a especificidade da administração local para a qual, por norma, e em situações similares, são emanadas orientações, principalmente por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (e no caso em concreto, eventualmente também pela Comissão de Normalização Contabilística), que permitam adequar à realidade autárquica determinados processos, até ao momento não foram divulgadas normas/orientações/entendimentos sobre esta matéria;
- Tendo em conta a relevante complexidade do processo foram solicitados, em exercícios anteriores pelo Município, vários esclarecimentos sobre várias dúvidas que persistem, junto daquela Direção Geral, que até ao momento não foram prestados.

Neste sentido, o Município irá apenas apresentar **consolidação financeira**, tendo as demonstrações financeiras consolidadas sido preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas no §14 da NC1 e a Nota Explicativa do Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPICAL) designada como “Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2014”, datada de maio de 2015.

Na reunião do Executivo de 5 de junho de 2023 foi aprovado o Manual de Consolidação previsto no §25 na NCP 26, que refere que *“a entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, designadamente o manual de consolidação e o dossier de consolidação”*, que serve instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do Município.

O presente documento encontra-se estruturado em três capítulos, a saber:

1. Perímetro de consolidação, onde são apresentadas as entidades detidas ou participadas alvo de consolidação;
2. Método de consolidação, onde se analisa o método de consolidação adequado às participações ou detenções do Município;
3. Análise da Situação Económica e Financeira, onde se analisa o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação.

No caso do Município da Lousã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”*.

Desta forma, e face ao exposto, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Lousã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação:

Entidade	NIPC	Sede	% de participação	Tipo de entidade
Município da Lousã	501 121 528	Rua Dr. João Santos, 3200-236 Lousã	-	Entidade-mãe
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	515 515 507	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local

QUADRO 2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA

2. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre as entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem influência significativa	Outras entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor

QUADRO 3 - TIPOS DE MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE NATUREZA FINANCEIRA

Na consolidação de contas do Município da Lousã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o **Método de Equivalência Patrimonial**. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

3. ATIVIDADE CONSOLIDADA

Para a análise da situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foram utilizados os dados de 2021 e 2022, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço, na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística. E este normativo em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado à conta 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como as obras para as quais a APIN recebeu as transferências não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação.

Desta forma, no exercício de 2022, o lançamento de ajustamento é o seguinte:

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios Capital Obtidas com Condições	16 289 006,05	5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de ativos depreciáveis/amortizáveis	16 289 006,05
--	---------------	--	---------------

3.1. ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO

O quadro a seguir apresentado contém a estrutura do ativo e a sua evolução do ano de 2021 para o de 2022:

Balanço Consolidado			ANO: 2022	
Município da Lousã				
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	58 384 463,68	58 820 280,09	-435 816,41	-0,74%
Propriedade de Investimentos	87 964,46	88 951,04	-986,58	-1,11%
Ativos Intangíveis	14 471,80	29 909,00	-15 437,20	-51,61%
Participações Financeiras	1 002 180,46	1 002 180,46	0,00	0,00%
Diferimentos	26 830,48	3 788,66	23 041,82	608,18%
	59 515 910,88	59 945 109,25	-429 198,37	-0,72%
Ativo Corrente				
Inventários	146 810,63	143 534,98	3 275,65	2,28%
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	-
Clientes, Contribuintes e Utentes	57 067,86	48 092,09	8 975,77	18,66%
Estado e Outros Entes Públicos	3 765,02	41 324,42	-37 559,40	-90,89%
Outras Contas a Receber	4 082 786,86	3 065 259,99	1 017 526,87	33,20%
Diferimentos	20 475,77	56 074,55	-35 598,78	-63,48%
Caixa/Depósitos Bancários	1 976 124,98	1 586 646,74	389 478,24	24,55%
	6 287 031,12	4 940 932,77	1 346 098,35	27,24%
Total do Ativo	65 802 942,00	64 886 042,02	916 899,98	1,41%

QUADRO 4 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – ATIVO

O Ativo, no exercício de 2022, totaliza 65.802.942,00€ e, é constituído maioritariamente pelos ativos não correntes (com um peso de 90,45% do total do ativo). De referir que na categoria denominada Ativo está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica de **Participações Financeiras** com base na percentagem de participação ou detenção do Município da Lousã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

O ativo registou um aumento de 1,41%, de 2021 para 2022, correspondente a um acréscimo de aproximadamente 916.900,00€, justificado principalmente pelo aumento de 33,20% nas Outras Contas a Receber; de 24,55% na rubrica Caixa/Depósitos; de 608,18% nos Diferimentos; e 18,66% nos Clientes, Contribuintes e Utentes. Em termos de valor, de um exercício para o outro,

a rubrica que mais diminuiu foi a “Ativos Fixos Tangíveis” que registou um decréscimo de 435.816,41€.

Face ao Património Líquido podemos verificar que:

Balanço Consolidado				
ANO: 2022				
Município da Lousã				
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	Variação 2022/2021	
			Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Capital Próprio				
Património /Capital	48 390 681,86	48 390 681,86	0,00	0,00%
Resultados Transitados	-1 278 312,23	-1 155 027,16	-123 285,07	10,67%
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-33 798,68	91 609,77	-125 408,45	-136,89%
Outras Variações no Capital Próprio	14 889 543,92	14 737 005,81	152 538,11	1,04%
Resultado Líquido do Exercício	-1 195 852,32	-1 123 421,43	-72 430,89	6,45%
Total do Património Líquido	60 772 262,55	60 940 848,85	-168 586,30	-0,28%

QUADRO 5 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O Património Líquido consiste principalmente no património/capital, no valor de 48.390.681,86€, seguido das outras variações no património líquido que contempla as transferências e subsídios recebidos para a aquisição de ativos depreciáveis (sem condições ao abrigo do que dispõe a NCP 14 do SNC-AP), ou com condições que depois de cumpridas deixam de ser contabilizadas no Passivo e passaram a ser contabilizadas no Património Líquido. Mais é de referir que nos ajustamentos em ativos financeiros e no resultado líquido do exercício, constam os ajustamentos efetuados à participação do Município da Lousã nos capitais próprios da entidade APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

O valor total do Património Líquido Consolidado registou uma diminuição de 0,28%, traduzindo-se na redução do seu valor em 168.586,29€.

No caso do Resultado Líquido Consolidado o valor, no ano de 2022, foi de - 1.195.852,32€, o que significou uma melhoria de 6,45%, face ao ano anterior.

No Balanço Consolidado, o Passivo apresenta a seguinte evolução:

Balanço Consolidado		ANO: 2022	
Município da Lousã			
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021	Variação 2022/2021
			Valor %
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	632 258,27	64 473,84	567 784,43 880,64%
Financiamentos Obtidos	1 884 907,45	1 663 323,75	221 583,70 13,32%
Outras Contas a Pagar	344 747,25	362 008,21	-17 260,96 -4,77%
	2 861 912,97	2 089 805,80	772 107,17 36,95%
Passivo Corrente			
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos	4 810,00	12 197,08	-7 387,08 -60,56%
Fornecedores	402 731,49	391 277,09	11 454,40 2,93%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	0,00	2 600,00	-2 600,00 -
Estado e Outros Entes Públicos	127 729,07	101 104,33	26 624,74 26,33%
Financiamentos Obtidos	521 604,75	463 764,54	57 840,21 12,47%
Fornecedores de Investimentos	11 109,16	124 609,57	-113 500,41 -91,08%
Outras Contas a Pagar	763 239,88	627 522,72	135 717,16 21,63%
Diferimentos	337 542,13	132 312,04	205 230,09 155,11%
	2 168 766,48	1 855 387,37	313 379,11 16,89%
Total do Passivo	5 030 679,45	3 945 193,17	1 085 486,28 27,51%

QUADRO 6 - ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO NO ANO DE 2022 – PASSIVO

Comparando o exercício de 2021 com o exercício de 2022, registou-se um aumento de 27,51% no total do Passivo, representando um acréscimo de 1.085.486,28€.

O Passivo Não Corrente registou um acréscimo de 36,95%, justificado pelo aumento das Provisões (567.784,43€) e dos Financiamentos Obtidos (221.583,70€). Face ao Passivo Corrente as rubricas que mais impacto tiveram para o seu crescimento foram, nomeadamente, os Diferimentos (155,11%) e as Outras Contas a Pagar (21,63%).

Na estrutura do Passivo, verifica-se que o Passivo Não Corrente tem um peso de 56,89% e o Passivo Corrente de 43,11%.

3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A Demonstração de Resultados Consolidada possibilita complementar o Balanço Consolidado indicando a natureza dos diversos gastos e perdas e rendimentos e ganhos.

A evolução dos Rendimentos e Gastos, no período de 2021 e 2022, foi a seguinte:

Demonstração de Resultados Consolidadas				ANO: 2022
Município da Lousã	PERÍODOS		Variação 2022/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	4 332 321,24	3 736 752,92	595 568,32	15,94%
Vendas	246,12	242,25	3,87	1,60%
Prestações de serviços e concessões	419 413,94	247 053,13	172 360,81	69,77%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-168 491,32	-293 899,77	125 408,45	-42,67%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 963 381,42	6 065 765,86	1 897 615,56	31,28%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-256 120,85	-211 753,15	-44 367,70	20,95%
Fornecimentos e serviços externos	-4 434 506,40	-3 641 884,72	-792 621,68	21,76%
Gastos com pessoal	-5 266 930,36	-3 943 624,78	-1 323 305,58	33,56%
Transferências e subsídios concedidos	-2 643 780,04	-2 125 984,69	-517 795,35	24,36%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	4 420,52	-9 258,69	13 679,21	-147,74%
Provisões (aumentos/reduções)	-567 784,43	0,00	-567 784,43	-
Outros rendimentos	2 497 118,58	2 110 330,32	386 788,26	18,33%
Outros gastos	-349 304,11	-138 018,03	-211 286,08	153,09%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 529 984,31	1 795 720,65	-265 736,34	-14,80%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 714 587,98	-2 902 707,88	188 119,90	-6,48%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 184 603,67	-1 106 987,23	-77 616,44	7,01%
Juros e rendimentos similares obtidos	3 575,92	31,13	3 544,79	11387,05%
Juros e gastos similares suportados	-14 824,57	-16 465,33	1 640,76	-9,96%
Resultado antes de impostos	-1 195 852,32	-1 123 421,43	-72 430,89	6,45%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do exercício	-1 195 852,32	-1 123 421,43	-72 430,89	6,45%
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				
	-1 195 852,32	-1 123 421,43	-72 430,89	6,45%

QUADRO 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA NO ANO DE 2022

A demonstração de resultados coloca em evidência os resultados alcançados através do confronto dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas ocorridos ao longo do ano de 2022.

Comparando o exercício de 2021 com o exercício de 2022, verifica-se que os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento registaram um decréscimo de 265.736,34€, os resultados operacionais registaram uma diminuição de 77.616,44€ e, no resultado líquido do exercício também se repercutiu a melhoria verificada nos resultados anteriores, visto que, foi menos negativo em 72.430,89€.

Na Demonstração de Resultados Consolidada através da Conta - Gastos Imputados de Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos está refletido o impacto proveniente do ajustamento efetuado à participação do Município da Lousã por conta do Resultado Líquido do Exercício da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA.

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um acréscimo de 15,94%, face ao ano anterior. Também nas Prestações de Serviços e Concessões houve um aumento de 172.360,81€, de 2021 para 2022.

As Transferências e Subsídios Obtidos também registaram um incremento de 31,28%, tendo havido um aumento de 1.897.615,56€.

Os Outros Rendimentos, de 2021 para 2022, aumentaram cerca de 18,00%.

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 517.795,35€, de 2021 para 2022, nos Fornecimentos e Serviços Externos o incremento foi de 21,76%, representando um aumento de 792.621,68€. Já nos Gastos com o Pessoal o acréscimo foi de 1.323.305,58€, representando um aumento de 33,56%. No caso das Provisões face ao exercício anterior, o valor constituído foi de 632.258,27€.

No processo de consolidação, há a registar o acréscimo da rubrica 68 - Outros Gastos, devido ao impacto do movimento na conta 6852 – Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial no ano de 2022, no valor de 168.491,32€. Há a salientar o facto de que de um exercício para o outro, verificou-se uma redução de 125.408,45€.

As restantes rubricas de Gastos e Perdas, que registaram diminuições em 2022, face ao ano anterior foram, nomeadamente, os Gastos de Depreciação e de Amortização (-6,48%); as Perdas Por Imparidade (-100,00%), e os Gastos Por Juros e Outros Encargos (-9,96%).

4. ANEXOS

ANEXO I - BALANÇO CONSOLIDADO

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ANEXO III - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

ANEXO V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



ANEXO I

Balanço Consolidado

Balanço Consolidado			
Município da Lousã			
Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	2/5	58 384 463,68	58 820 280,09
Propriedade de Investimentos	2/8	87 964,46	88 951,04
Ativos Intangíveis	2/3	14 471,80	29 909,00
Ativos Biológicos			0,00
Participações Financeiras	2/18	1 002 180,46	1 002 180,46
Accionistas /Sócios		0,00	0,00
Diferimentos		26 830,48	3 788,66
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Clientes, Contribuintes e Utentes		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
		59 515 910,88	59 945 109,25
Ativo Corrente			
Inventários	2/10	146 810,63	143 534,98
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis		0,00	0,00
Devedores por Transferências e Subsídios Reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, Contribuintes e Utentes	9	57 067,86	48 092,09
Estado e Outros Entes Públicos		3 765,02	41 324,42
Accionistas /Sócios/ Associados		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		4 082 786,86	3 065 259,99
Diferimentos		20 475,77	56 074,55
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		0,00	0,00
Caixa/Depósitos Bancários	1.3	1 976 124,98	1 586 646,74
		6 287 031,12	4 940 932,77
Total do Ativo		65 802 942,00	64 886 042,02
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Capital Próprio			
Património /Capital		48 390 681,86	48 390 681,86
Acções (Quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Resultados Transitados		-1 278 312,23	-1 155 027,16
Ajustamentos em Ativos Financeiros		-33 798,68	91 609,77
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio	2	14 889 543,92	14 737 005,81
Resultado Líquido do Exercício		-1 195 852,32	-1 123 421,43
Dividendos Antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		60 772 262,55	60 940 848,85
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	632 258,27	64 473,84
Financiamentos Obtidos	2/6/7	1 884 907,45	1 663 323,75
Responsabilidade por Benefícios Pós - Emprego		0,00	0,00
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		344 747,25	362 008,21
		2 861 912,97	2 089 805,80
Passivo Corrente			
Credores por Transferências e subsídios não Reembolsáveis Concedidos		4 810,00	12 197,08
Fornecedores		402 731,49	391 277,09
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes		0,00	2 600,00
Estado e Outros Entes Públicos		127 729,07	101 104,33
Accionistas/Sócios/ Accociados		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	2/6/7	521 604,75	463 764,54
Fornecedores de Investimentos		11 109,16	124 609,57
Outras Contas a Pagar		763 239,88	627 522,72
Diferimentos	2	337 542,13	132 312,04
Passivos Financeiros Detidos para Negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
		2 168 766,48	1 855 387,37
Total do Passivo		5 030 679,45	3 945 193,17
Total do Património Líquido e Passivo		65 802 942,00	64 886 042,02



ANEXO II

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

Demonstração de Resultados Consolidadas

ANO: 2022

Município da Lousã

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	13/14	4 332 321,24	3 736 752,92
Vendas	13	246,12	242,25
Prestações de serviços e concessões	13	419 413,94	247 053,13
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-168 491,32	-293 899,77
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7 963 381,42	6 065 765,86
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-256 120,85	-211 753,15
Fornecimentos e serviços externos		-4 434 506,40	-3 641 884,72
Gastos com pessoal		-5 266 930,36	-3 943 624,78
Transferências e subsídios concedidos		-2 643 780,04	-2 125 984,69
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6/7	4 420,52	-9 258,69
Provisões (aumentos/reduções)	15	-567 784,43	0,00
Outros rendimentos	13	2 497 118,58	2 110 330,32
Outros gastos		-349 304,11	-138 018,03
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 529 984,31	1 795 720,65
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 714 587,98	-2 902 707,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 184 603,67	-1 106 987,23
Juros e rendimentos similares obtidos		3 575,92	31,13
Juros e gastos similares suportados	7	-14 824,57	-16 465,33
Resultado antes de impostos		-1 195 852,32	-1 123 421,43
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		-1 195 852,32	-1 123 421,43
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-1 195 852,32	-1 123 421,43



ANEXO III

Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada

Município da Lousã

Descrição	Notas	Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Párprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Patrimônio Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total	Total que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	1 155 027,16 €	91 609,77 €	- €	14 737 005,81 €	-	1 123 421,43 €	60 940 848,85 €	- € 60 940 848,85 €
Alterações no período														
Primeira adição de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	150 538,11 €	0,00 €	150 538,11 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-829 521,66 €	-125 408,45 €	0,00 €	2 000,00 €	1 123 421,43 €	170 491,32 €
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-829 521,66 €	-125 408,45 €	0,00 €	152 538,11 €	1 123 421,43 €	321 029,43 €
Resultado Integral	(3)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 195 852,32 €	0,00 €	-1 195 852,32 €
	(4)=(2)+(3)											-72 430,89 €	-874 822,89 €	0,00 €
Operações com detentores de capital no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realizações de capital/patrimônio		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	706 236,59 €	- €	706 236,59 €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição final período	(5)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 195 852,32 €	60 772 262,55 €	- € 60 772 262,55 €
	(6)=(1)+(2)+(3)+ +...+ +(5)											-1 195 852,32 €	-874 822,89 €	-874 822,89 €



ANEXO IV

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

ANO: 2022

Município da Lousã

Rubricas	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		434 467,58 €	302 473,43 €
Recebimentos de contribuintes		4 213 485,75 €	3 491 787,71 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 204 022,45 €	6 131 128,14 €
Recebimentos de utentes		15 975,02 €	- €
Pagamentos a fornecedores	-	4 792 387,23 €	3 694 144,45 €
Pagamentos ao pessoal	-	3 466 806,65 €	2 658 266,95 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios	-	2 386 813,16 €	1 816 412,20 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa Gerada pelas Operações		2 221 943,76 €	1 756 565,68 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos		330 951,67 €	368 823,37 €
Outros pagamentos	-	3 965 771,50 €	3 137 311,24 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		1 412 876,07 €	- 1 011 922,19 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	382 902,72 €	- 415 860,94 €
Ativos intangíveis		- €	8 733,00 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		51 200,00 €	49 319,63 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		884 337,11 €	884 615,78 €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		601 269,36 €	321 353,39 €
Transferências de capital		560 704,00 €	726 041,00 €
Juros e rendimentos similares		39,57 €	43,84 €
Dividendos		8 112,15 €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		1 722 759,47 €	1 556 779,70 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		502 889,18 €	382 919,18 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	415 913,61 €	- 501 379,23 €
Juros e gastos similares	-	7 380,73 €	- 9 990,11 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento	-	- €	- €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)		79 594,84 €	- 128 450,16 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 586 646,74 €	1 170 239,39 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 976 124,98 €	1 586 646,74 €
Conciliação Entre Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			

Caixa e seus equivalentes no início do período	1 586 646,74 €	1 170 239,39 €
- Equivalentes a caixa no início do período	- 366 922,74 €	- 441 459,64 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	366 922,74 €	441 459,64 €
- Variações cambiais de caixa no início do período	- €	- €
= Saldo da gerência Anterior	1 586 646,74 €	1 170 242,39 €
De operações Orçamentais	1 218 890,51 €	727 789,53 €
De operações de Tesouraria	367 756,23 €	442 452,86 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 976 124,98 €	1 586 646,74 €
- Equivalentes a caixa no fim do período	- 348 006,83 €	- 366 922,74 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	348 006,83 €	366 922,74 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período	- €	- €
= Saldo da gerência Seguinte	1 976 124,98 €	1 586 646,74 €
De execução orçamental	1 628 118,15 €	1 218 890,51 €
De operações de tesouraria	348 006,83 €	367 756,23 €



ANEXO V

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS DE POCAL PARA SNC-AP

O exercício de 2020, foi um ano de extrema importância e foi um ano de viragem, na medida em que, foi marcado pela implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), de modo a que, este fosse consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e com as normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), para que, as administrações públicas pudessem adotar um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

No exercício de 2022 a Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidada apresenta-se da seguinte forma:

Demonstração de Alterações de Património Líquido Consolidada														ANO: 2022		
Descrição	Notas	Município da Lousã												Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido do Período	Resultado Líquido do Período	Total				
Posição no inicio do período	(1)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- € -	1 155 027,16 €	91 609,77 €	- €	14 737 005,81 €	-	1 123 421,43 €	60 940 848,85 €	- €	60 940 848,85 €	
Alterações no período																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	150 538,11 €	0,00 €	150 538,11 €	0,00 €	150 538,11 €	0,00 €	
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-829 521,66 €	-125 408,45 €	0,00 €	2 000,00 €	1 123 421,43 €	170 491,32 €	0,00 €	170 491,32 €		
	(2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-829 521,66 €	-125 408,45 €	0,00 €	152 538,11 €	1 123 421,43 €	321 029,43 €	0,00 €	321 029,43 €		
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 195 852,32 €	-1 195 852,32 €	0,00 €	-1 195 852,32 €		
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-72 430,89 €	-874 822,89 €	0,00 €	-874 822,89 €		
Operações com detentores de capital no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	706 236,59 €	- €	- €	- €	706 236,59 €	- €	706 236,59 €	- €	706 236,59 €	
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	706 236,59 €	- €	- €	- €	706 236,59 €	- €	706 236,59 €	- €	706 236,59 €	
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)	48 390 681,86 €	- €	- €	- €	- €	1 278 312,23 €	-33 798,68 €	- €	14 889 543,92 €	-	1 195 852,32 €	60 772 262,55 €	- €	60 772 262,55 €	
	(3)+(5)															

Na Demonstração das Alterações no Património Líquido, no ano de 2022, há a salientar os movimentos efetuados por conta das transferências recebidas pela Participação do Município do IVA e do IRS, na medida em que, nestas transferências procedeu-se à especialização do exercício para os valores recebidos.

Assim, face ao valor do IVA de acordo com o artigo 26-Aº da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre a Participação dos Municípios na receita do IVA, a participação referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência

ao **IVA** liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. O valor referente à participação dos municípios na receita do **IVA** é apurado com base no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado se refere.

Desta forma, houve a necessidade de regularizar a Participação do IVA recebida no exercício de 2022, que fazendo a especialização do exercício diz respeito ao exercício de 2020, tendo sido debitado o valor dos ganhos de 2022 em contrapartida da conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores. O valor da participação que será recebida no exercício de 2023, diz respeito à Participação do exercício de 2021, e foi imputado a Resultados de Exercícios Anteriores em contrapartida da conta Devedores por Acréscimos (Periodização Económica) participação do IVA 2021, que será recebido o valor apenas no exercício de 2023.

Já em relação à Participação do IRS, segundo o artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. Desta forma, foi feita a especialização do valor recebido no exercício de 2022 e imputado aos Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

Em relação aos movimentos efetuados inerentes à consolidação de contas há salientar o facto de no início do ano haver um saldo inicial de 91.609,77€, resultante dos seguintes movimentos: constituição de Reservas Legais, reflexo do Resultado Líquido do Exercício de 2020, da correção de estimativas efetuadas em janeiro de 2021 nos Resultados Transitados da Participada. Já no exercício de 2022, foi feito o lançamento no valor de 168.491,32€, em virtude do reflexo do Resultado Líquido negativo da APIN na consolidação.

Do processo de consolidação houve a necessidade de seguir em ambas as entidades as mesmas políticas contabilísticas e seguir o mencionado no normativo contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública, tendo sido feitos ajustamentos nos valores da participada de maneira a que a análise aos valores em ambas as entidades tenham por base as mesmas políticas contabilísticas.

O Resultado Líquido Consolidado no exercício de 2022 foi de -1.195.852,32€.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2022

1 – Identificação das Entidades do Perímetro de Consolidação, Período de Relato, Referencial Contabilístico

1.1 – Identificação das Entidades de Consolidação

DENOMINAÇÃO	SEDE	% CAPITAL DETIDO	TIPO DE ENTIDADE	FUNDAMENTAÇÃO DA INCLUSÃO
MUNICÍPIO DA LOUSÃ	Rua Dr. João Santos - Lousa	-	Entidade -mãe	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15 – 3230-347 Penela	18,39%	Empresa Local	nº 6- do artigo 75.º da Lei 73/ 2013 de 3 de setembro

1.2 – Período de Relato

As demonstrações financeiras têm como período de relato o período de 01.01.2022 a 31.12.2022.

1.3 – Referencial Contabilístico

No exercício de 2022, as demonstrações financeiras do Município da Lousã foram preparadas tendo por base os registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board.

Face às **Derrogações de disposições do SNC-AP**, no decorrer do exercício, não existiram casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Analizando a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes, verificamos que:

Conta	Euros	
	Ano 2022	Ano 2021
<i>Caixa</i>	1 548,85 €	559,92 €
<i>Depósitos à Ordem</i>	1 626 569,30 €	1 219 164,08 €
Depósitos Bancários à Ordem	1 626 569,30 €	1 219 164,08 €
<i>Depósitos a Prazo</i>	- €	- €
<i>Depósitos Consignados</i>	- €	- €
<i>Depósitos de Garantias e Cauções</i>	348 006,83 €	366 922,74 €
Total de Caixa e Depósitos	1 976 124,98 €	1 586 646,74 €

QUADRO 1 – DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Findo o exercício de 2022, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, foram os seguintes:

Designação	31 de dezembro 2022
- Execução Orçamental	1 628 118,15 €
- Operações de Tesouraria	348 006,83 €
Saldo da Gerência Seguinte	1 976 124,98 €

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, e são expressas em Euros, já que, esta é a moeda funcional.

Tais documentos foram preparados no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP. Sendo que, estas apresentam de forma apropriada a posição financeira o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município.

As Demonstrações Financeiras foram realizadas numa política de continuidade, de maneira a que, com a informação disponível e tendo a expectativa futura na qual o Município continuará a operar, assumindo que não há intenção e necessidade, de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações.

. Ativos Fixos Tangíveis e Propriedade de Investimento

No caso dos Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, estes foram mensurados pelo seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzindo as depreciações acumuladas.

Em relação às depreciações, estas são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de linha reta ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2).

Quando existem Ativos Fixos Tangíveis em Curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento-utilização. Os mesmos passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desconhecimento dos Ativos Fixos Tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração de resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

Face às Propriedades de Investimentos o Município contabiliza nesta categoria os terrenos e edifícios (ou parte deles), detidos para a obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As Propriedades de Investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo de custo, ou seja, o custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das Propriedades de Investimento são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, ou das quotas constantes em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Nesta classe registam-se, essencialmente, as licenças de software, os programas de computador e as marcas e patentes.

Um Ativo Intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um Ativo Intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, é calculada numa base duodecimal, que começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Também para os Ativos Intangíveis, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que, não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta ou quotas constantes.

. Participações Financeiras

No caso das Participações Financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição. No entanto, a participação do município na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, é mensurada ao *Método de Equivalência Patrimonial*.

O Município da Lousã apresenta demonstrações consolidadas decorrente da obrigatoriedade estabelecida no nº 6 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o qual estipula que “devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou

detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente da percentagem de participação ou detenção do município ...”.

O artigo 75º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município da Lousã, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o nº 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que “devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”.

Assim, é de concluir que das entidades que compõem o grupo autárquico do Município da Lousã, para além do próprio Município (enquanto entidade mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis nºs 53/2014, de 25 de agosto, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, 71/2018, de 31 de dezembro e 2/2020, de 31 de março, integram o perímetro de consolidação, que de acordo com o exposto será a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA.

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre a entidades que integram o perímetro de consolidação, a saber:

Controlo	Tipo de Participação	NCP Aplicável	Método
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral
Influência Significativa	Associada	NCP 23	Método de Equivalência Patrimonial
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial
Sem Influência Significativa	Outras Entidades	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo Valor

Para efeitos de consolidação de contas do Município da Lousã com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, será utilizado o método de equivalência patrimonial. Com este método (também designado como método simplificado de consolidação) o investimento que é inicialmente reconhecido pelo custo, é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição do valor contabilístico da parte de capital detida, pelo valor que

proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade incluída no perímetro de consolidação.

Da análise às demonstrações financeiras da APIN é necessário efetuar-se um ajustamento ao balanço, na medida em que, as contas da APIN foram elaboradas tendo por base o Sistema de Normalização Contabilística.

O Sistema de Normalização Contabilística em relação ao recebimento de transferências nada menciona sobre o cumprimento de condições, sendo que, o valor recebido enquanto não for imputado à conta 7 - Rendimentos fica refletido na conta 59 – Outras Variações no Capital Próprio. No entanto, o Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública (SNC-AP) indica que enquanto o investimento não estiver em condições de uso, o valor deve ser mantido na conta 2822 – Transferências e Subsídios de Capital Obtidos com Condições e, só depois de as condições estarem cumpridas é que se deve transferir a verba da 2822 para a conta 5931, para que, depois seja imputada aos Rendimentos de uma forma sistemática.

Assim, para seguir o mesmo pressuposto contabilístico e como há obras para as quais a APIN recebeu as transferências e ainda não estão concluídas, há a necessidade de se efetuar um lançamento de Ajustamento antes da consolidação.

Atendendo a esta questão há que se considerar o seguinte lançamento:

2822 - Rendimentos a Reconhecer - Transferências e Subsídios Capital Obtidas com Condições	5931 - Transferências e Subsídios para aquisição de ativos depreciáveis/amortizáveis
16 289 006,05	16 289 006,05

Após o lançamento de ajustamento antes de consolidação obtemos os seguintes valores:

Capital Próprio da APIN				
Rubricas	Balanço 31/12/2022	Rubricas a considerar	Observações	Proporcional da participação (18,39%)
Capital realizado	1 100 000,00	1 100 000,00		202 290,00
Ações próprias	0,00	0,00		0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00		0,00
Prémios de Emissão	0,00	0,00		0,00
Reservas legais	10 863,28	10 863,28		1 997,76
Outras Reservas	0,00	0,00		0,00
Resultados Transitados	853 189,83	853 189,83		156 901,61
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00		0,00
Outras Variações no Capital Próprio	16 839 314,46	550 308,41		101 201,72
Resultado Líquido do Período	-1 697 606,08	-1 697 606,08		-312 189,76
	17 105 761,49	816 755,44		

No exercício de 2022, há a considerar os seguintes pontos:

- O Resultado Líquido negativo de 2019 de 15.566,39€;
- A constituição de Reservas Legais efetuada pela APIN no montante de 5,00% do Resultado Líquido positivo de 2020, que na proporção da participação do Município da Lousã foi de 1.997,76€;
- O restante valor do Resultado Líquido de 37.957,38€, proveniente do exercício de 2020;
- A correção de estimativa de acréscimo de rendimentos de 2020 efetuada nos Resultados Transitados em janeiro de 2021, no valor de 67.221,02€;
- O Resultado Líquido do exercício de 2021, no valor de -293.899,77€;
- A proporção da percentagem de participação do Município nas Outras Variações no Capital Próprio no valor de 101.201,72€;
- E o valor da diferença nos Resultados Transitados da Participação que se deverá refletir no Município, no valor de 67.289,60€.

Assim, estes valores correspondem aos valores constantes no balanço da participada ajustados à participação de 18,39% que o Município da Lousã detém.

Outro movimento a ser efetuado é o que diz respeito ao Resultado Líquido do Exercício de 2022, no qual tem implicação na conta 412 – Investimentos Financeiros, em contrapartida da conta 6852

– Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, pelo valor do Resultado Líquido do exercício de 2022.

Da análise ao valor, de acordo com a percentagem detida, este valor seria de -312.189,76€. No entanto, o movimento só poderá ser feito pela diferença que está refletida na conta 412 – Investimentos Financeiros correspondente à valorização da entidade APIN em contrapartida da conta 6852 – Gastos em Entidades Controladas, Associadas e Empreendimentos Conjuntos – Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, isto é, -168.491,32€.

Contudo, de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o “Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais”, o valor da participada apesar deste movimento fica sempre assegurada por força do seu artigo 40º, na medida em que, de acordo com o n.º 1: “as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados”, o seu n.º 2: “sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa” e, o n.º 3: “os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social”.

Desta forma, por força da lei, os municípios têm de realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, sendo que, no exercício seguinte na classe 5 - Capital Próprio da entidade estará refletido o valor da transferência efetuada tendo implicação na nossa 412 – Investimentos Financeiros através da consolidação de contas.

No mês de abril de 2023, o Município da Lousã efetuou a transferência financeira devida pelos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício antes de impostos de 2022, no valor de 391.548,30€.

. Financiamentos Obtidos

Os Financiamentos Obtidos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, no valor que se vence até 12 meses, e em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além dos 12 meses.

Alguns dos juros de empréstimo de Médio e Longo Prazo para Investimentos, foram capitalizados uma vez que se tratou de empréstimos para financiar a aquisição, construção ou produção de ativos, nomeadamente, a Requalificação do Cine – Teatro da Lousã e, cujo investimento ainda está em curso.

Em 2022, o valor de juros capitalizados foi de 7.462,33€.

. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

O sistema de inventário adotado é o Sistema Permanente e as saídas mensuradas aos Custo Médio Ponderado.

. Transferências e Subsídios

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua obtenção.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo como diferimentos, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Durante o exercício de 2022, os subsídios e transferências que estavam contabilizados na conta 2822 - Transferências e subsídios de capital obtidos com condições, cujas obras foram dadas como concluídas, as respetivas verbas foram transferidas para a conta 5931 - Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis, visto que, estão em condições de ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários à proporcionalidade dos gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Com o SNC-AP, o Fundo de Equilíbrio Financeiro componente Capital e a verba recebida por conta do Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, passaram a ser classificados como Outras Transferências e Subsídios de Capital, na conta 5939.

Sempre que se configurar possível a afetação (imputação) das verbas recebidas por conta do FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que, forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

No exercício de 2022 a imputação foi a seguinte:

Balancete Acumulado Entre Datas		Analítico			
		Câmara Municipal da Lousã			
		Da Data 01/01/2022 à data 31/12/2022			
Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
593911	Estado	675 765,76	2 429 043,48	0,00	1 753 277,72
5939111	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	534 554,44	1 924 320,60	0,00	1 389 766,16
59391110001	FEF Recebido	499 883,00	499 883,00	0,00	0,00
59391110002	FEF Imputado	34 671,44	1 424 437,60	0,00	1 389 766,16
59391110002001	Reconstrução do Centro de Acolhimento Animal - 2020	1 626,45	79 560,47	0,00	77 934,02
59391110002002	Upgrade de Unidade de Equipamento Informático - 2020	2 495,67	9 774,71	0,00	7 279,04
59391110002003	Pintura Exterior do Museu Lousã Henriques (GR) - 2020	515,28	17 991,78	0,00	17 476,50
59391110002004	Reparações Rodoviárias vários Arruamentos do Concelho	18 949,61	332 994,19	0,00	314 044,58
59391110002005	Requalificação da Escola Secundária - 2021	0,00	220 215,00	0,00	220 215,00
59391110002006	Construção do Muro em Gabiões - Erm 555 - Vale de Mai	3 315,60	72 943,09	0,00	69 627,49
59391110002007	Modernização Praia Fluvial da Sr. Graça - Aqualousã - 2	2 141,23	79 047,23	0,00	76 906,00
59391110002008	Ampliação do Centro de Acolhimento Animal - 2021	394,47	75 738,75	0,00	75 344,28
59391110002009	Qualificação do Jardim de Infância do Freixo - 2021	111,10	25 594,32	0,00	25 483,22
59391110002010	Revisão de Preços - Requalificação e Acessibilização da	565,38	10 695,06	0,00	10 129,68
59391110002011	Empreitadas Realizadas pela APIN - 2022	1 707,65	225 408,99	0,00	223 701,34
59391110002012	Trabalhos Praça Luís de Camões e Dr. Henrique Figueirinha	0,00	84 481,06	0,00	84 481,06
59391110002013	Requalificação Av. São Silvestre e P. António de Almeida	0,00	136 269,03	0,00	136 269,03
59391110002014	Trabalhos Rua Comércio, R. G. Humberto Delgado e Largo	2 849,00	53 723,92	0,00	50 874,92
59391112	Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	141 211,32	504 722,88	0,00	363 511,56
59391120001	Artigo 35º Recebido	95 790,00	95 790,00	0,00	0,00
59391120002	Artigo 35º Imputado	45 421,32	408 932,88	0,00	363 511,56
59391120002001	Beneficiação e Ampliação do Pavilhão N.º 2 - 2020	1 966,98	100 152,14	0,00	98 185,16
59391120002002	Reconstrução Conduta Adutora de Água S. Graça - Serpa	181,79	8 907,71	0,00	8 725,92
59391120002003	Acessibilidades Rua Morada do Afonso - 2020	611,54	7 287,50	0,00	6 675,96
59391120002004	Trabalhos Acessibilidades Arruamentos Morada Afonso	1 222,91	14 573,06	0,00	13 350,15
59391120002005	Intervenções no Estacionamento Talasnal e Inter. Colectivo	781,66	10 790,95	0,00	10 009,29
59391120002006	Diversas Intervenções de Saneamento Foz de Arouce - 1	234,52	9 615,44	0,00	9 380,92
59391120002007	Pavimentação de Arruamentos em Prilhão - 2020	509,62	6 072,91	0,00	5 563,29
59391120002008	Reparação da Estrada Junto à Catrala EN236 - 2020	310,80	3 703,64	0,00	3 392,84
59391120002009	Aquisição Viatura Bombeiros FAC CAC21/28/2021 - Con	23 850,00	93 412,50	0,00	69 562,50
59391120002010	Aquisição Viatura Bombeiros FAC. 30000575/2021 - Cor	5 928,50	23 219,97	0,00	17 291,47
59391120002011	Construção de Ossário no Cemitério da Lousã - 2021	143,10	6 856,87	0,00	6 713,77
59391120002012	Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos	4 472,64	65 599,19	0,00	61 126,55
59391120002013	Trabalhos Rua Comércio, R. G. Humberto Delgado e Largo	787,43	14 848,91	0,00	14 061,48
59391120002014	Fornecimento e Inst. Piso INSTU Parques Infantis e Mini	2 147,53	30 258,00	0,00	28 110,47
59391120002015	Compra Viatura Ligeira de Mercadorias 40-OG-54 - 2022	2 272,30	13 634,09	0,00	11 361,79
Totais Gerais:		675 765,76	2 429 043,48	0,00	1 753 277,72

A distribuição dos valores de 2022 no Município da Lousã, foi repartida pelos investimentos nos quais têm no descritivo o ano de 2022, na medida em que, os que contém na descrição ano de 2020 e 2021, são os ativos que foram imputados ao FEF de Capital e do Artigo 35º, n.º 3, recebido já nos exercícios de 2020 e 2021.

No caso da entidade participada, a totalidade dos subsídios recebidos já com os ajustamentos considerados foi de 16.839.314,46€, sendo que, 550.308,41€ desse valor diz respeito a subsídios de bens que já se encontram em estado de uso.

3 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

O Município da Lousã tem em uso 833 bens totalmente amortizados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Existe 1 bem inventariado e não valorizados (bens valorizados a zero) cuja ficha está disponível para consulta no Município.

No exercício de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Câmara Municipal da Lousã

Anual (período 14) 2022

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00	1 512 700,83	1 512 700,83	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	664 581,31	634 795,47	0,00	29 785,84	664 581,31	653 232,67	0,00	11 348,64
Propriedade industrial e intelectual	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16	5 508,69	5 385,53	0,00	123,16
Outros	91 137,61	91 137,61	0,00	0,00	94 137,61	91 137,61	0,00	3 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2 273 928,44	2 244 019,44	0,00	29 909,00	2 276 928,44	2 262 456,64	0,00	14 471,80

QUADRO 3.1 – ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Câmara Municipal da Lousã

Anual (periodo 14) 2022

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	29 785,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-18 437,20	0,00
Propriedade industrial e intelectual	123,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123,16
Outros	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	29 909,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-18 437,20	0,00
								14 471,80

QUADRO 3.2 – ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Câmara Municipal da Lousã

Anual (periodo 14) 2022

Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Licença fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00

QUADRO 3.2 A) – ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Câmara Municipal da Lousã

Anual (periodo 14) 2022

Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 3.2 B) – ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedentes

No seguinte quadro encontra-se descrito o contrato de concessão com a EDP, não havendo lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor de Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos Anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município da Lousã	EDP Distribuição - Energia, SA	Via pública na área do Município de Lousã	de 20-07-2001 e em vigor até os acordos estabelecidos vigorarem associados aos atuais contratos de concessão estiverem em vigor nos termos do artigo 285.º de DL 15/2022, de 14 de janeiro.	Renda de Concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

QUADRO 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CEDENTE

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Todos os bens elencados no quadro seguinte, representam o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, estes encontram-se valorizados pelo seu custo. O gasto de depreciação destes ativos inicia-se quando o bem fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes ou linha reta para calcular as depreciações.

O Município da Lousã tem em uso 23.412 bens totalmente depreciados cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Existem 4.956 bens inventariados e não valorizados (bens valorizados a zero) cujas fichas estão disponíveis para consulta no Município, não sendo possível juntar as mesmas devido ao seu elevado número.

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34	202 967,34	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	629 641,00	167 452,07	0,00	462 109,73	647 096,40	173 708,33	0,00	473 300,07
Infraestruturas	60 715 569,07	32 879 908,85	0,00	27 835 660,22	61 832 307,04	34 700 463,94	0,00	27 131 843,10
Património histórico, artístico e cultural	174 230,10	14 669,61	0,00	159 560,49	174 230,10	14 812,53	0,00	159 417,57
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	574 007,52	0,00	0,00	574 007,52	345 990,57	0,00	0,00	345 990,57
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 559 788,73	211,51	0,00	7 559 577,22	7 588 651,71	423,02	0,00	7 588 228,69
Edifícios e outras construções	24 966 653,24	5 316 936,69	0,00	19 649 716,55	25 240 358,41	5 819 364,21	0,00	19 420 994,20
Equipamento básico	4 551 662,38	3 934 773,14	0,00	616 889,24	4 796 984,47	4 074 576,51	0,00	722 407,96
Equipamento de transporte	2 950 736,78	2 254 308,14	0,00	696 428,64	2 983 268,11	2 408 700,74	0,00	574 567,37
Equipamento administrativo	1 074 731,52	979 824,33	0,00	94 907,19	1 347 200,28	1 030 024,34	0,00	317 175,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 374 535,13	1 286 416,70	0,00	88 118,43	1 395 831,94	1 307 591,62	0,00	88 240,32
Ativos fixos tangíveis em curso	680 257,52	0,00	0,00	680 257,52	1 359 242,55	0,00	0,00	1 359 242,55
Total:	105 654 781,13	46 834 501,04	0,00	58 820 280,09	107 914 128,92	49 529 665,24	0,00	58 384 463,68

QUADRO 5.1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÕES DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	202 967,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202 967,34
Edifícios e outras construções	462 189,73	17 454,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 256,26	473 388,07
Infraestruturas	27 835 660,22	11 888,13	1 104 849,84	0,00	0,00	0,00	-1 820 555,09	27 131 843,10
Património histórico, artístico e cultural	159 560,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-142,92	159 417,57
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	574 007,52	876 832,89	-1 104 849,84	0,00	0,00	0,00	0,00	345 990,57
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 559 577,22	28 862,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-211,51	7 558 228,69
Edifícios e outras construções	19 649 716,55	13 284,00	260 421,17	0,00	0,00	0,00	-502 427,52	19 420 994,20
Equipamento básico	616 889,24	245 322,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-139 803,37	722 407,96
Equipamento de transporte	696 428,64	32 531,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-154 392,60	574 567,37
Equipamento administrativo	94 907,19	272 468,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 200,01	317 175,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	88 118,43	21 296,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-21 174,92	88 240,32
Ativos fixos tangíveis em curso	880 257,52	739 406,20	-260 421,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 359 242,55
Total:	58 820 280,09	2 259 347,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 695 164,20	58 384 463,68

QUADRO 5.2 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Câmara Municipal da Lousã
Anual (período 14) 2022
Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	17 454,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 454,60
Infraestruturas	0,00	11 888,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 888,13
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	876 832,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	876 832,89
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	28 862,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 862,98
Edifícios e outras construções	0,00	13 284,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 284,00
Equipamento básico	0,00	244 322,09	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245 322,09
Equipamento de transporte	0,00	32 531,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 531,33
Equipamento administrativo	0,00	11 110,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261 358,27	0,00	0,00	272 468,76
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	21 296,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 296,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	697 157,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 248,66	739 406,20
Total:	0,00	1 954 740,86	0,00	0,00	1 000,00	0,00	261 358,27	0,00	42 248,66	2 259 347,79	

QUADRO 5.2 A) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES
Câmara Municipal da Lousã
Anual (período 14) 2022
Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 5.2 B) – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

6 – Locações

O Município da Lousã tem dois contratos de Locação Financeira:

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Pagamentos mínimos	Rendas contíguas	Pagamentos mínimos	Rendas contíguas						
Aquisição de Duas Viaturas Modelo ZOE SOR 135	65 913,24 €	16 086,21 €	0,00 €	33 424,99 €	0,00 €	16 107,87 €	16 380,38 €	0,00 €	32 488,25 €	0,00 €	
Aquisição de Solução Completa de Virtualização de Desktops (VDI)	261 358,27 €	21 111,96 €	0,00 €	21 111,96 €	0,00 €	62 823,04 €	177 423,27 €	0,00 €	240 246,31 €	0,00 €	
Total	327 271,51 €	37 198,17 €	0,00 €	54 536,95 €	0,00 €	78 930,91 €	193 803,65 €	0,00 €	272 734,56 €	0,00 €	

QUADRO 6.1 – LOCAÇÕES FINANCEIRAS - LOCATÁRIO

7 – Custo de Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos, no exercício de 2022, foram os seguintes:

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Câmara Municipal

Empréstimos Obtidos - Empréstimos Bancários											Ano: 2022					
Entidade	Data do contrato	Data do visto TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de Juro	Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano						
				Contratado	Utilizado		Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros			
Beneficiariação da Rede de Esgoto da zona Fazenda Concelheho constituição do Núcleo Sede do Económico da Serra da Lousã - Núcleo Sede - Banco BPI, SA	21/04/2003	19/05/2003	239	424 500,00 €	424 500,00 €	3,37	0,73	37 0389,82 €	32 962,81 €	403 332,63 €	27 022,36 €	150,87 €	27 173,23 €	0	54 130,18 €	27 107,82 €
Investimento os Municipais- Banco BPI, SA	10/05/2004	03/06/2004	253	464 000,00 €	464 000,00 €	2,79	0,654	39 1579,39 €	32 520,50 €	42 0499,89 €	28 888,48 €	219,18 €	29 107,66 €	0	72 420,61 €	43 532,13 €
Investimento efectuado no Concelho - CGD - Lousã	15/07/2002	05/12/2002	239	250 000,00 €	250 000,00 €	4,5	1,106	23 3366,79 €	22 464,30 €	255 861,09 €	16 603,21 €	73,94 €	16 677,15 €	0	16 603,21 €	- €
Económico da Serra da Lousã -CGD - Lousã	15/09/2003	06/10/2003	245	80 000,00 €	80 000,00 €	2,99	2,122	69 790,33 €	6 441,09 €	76 231,42 €	5 097,22 €	26,35 €	5 123,57 €	0	10 209,67 €	5 112,45 €
Infraestr. AID, Canidal "Fe 2ª Fase", Rede Drenagem Águas Resid. Dom. e Pav. de Circulações, Infraestr. da Aut. Transal "1º, 2º e 3º Fase", Rede Abast. Águas Saneamento Eléctricidade, Telecomunicações - CGD - Lousã	01/04/2005	04/05/2005	239	500 000,00 €	500 000,00 €	2,57	1,963	394 388,32 €	27 963,76 €	422 352,08 €	30 174,76 €	- €	30 174,76 €	0	105 611,68 €	75 436,92 €
Beneficiariação da Rede de Esgoto Lousã, Capital S. Águas Mondego, Beneficiariação da Rede de Esgoto Etar Zona Sul - CGD - Lousã	05/07/2006	12/07/2006	239	600 000,00 €	600 000,00 €	3,33	1,376	425 286,45 €	30 313,57 €	455 600,02 €	34 942,71 €	- €	34 942,71 €	0	174 713,55 €	139 770,84 €
Investimentos contabilizados PPI - Banco BBVA	17/09/2007	25/10/2007	191	2 500 000,00 €	2 500 000,00 €	4,38	-	2 165 686,58 €	100 370,71 €	2 267 037,29 €	165 686,68 €	- €	165 686,68 €	0	333 333,12 €	165 686,76 €
Programa de Apoio à Economia Local - D.G.Tesouro e Finanças	16/11/2012	13/02/2013	167	880 772,03 €	880 772,03 €	2,61	2,46	562 715,52 €	137 713,72 €	700 429,24 €	63 611,32 €	7 945,17 €	7 155,49 €	0	318 056,51 €	254 445,19 €
QREN - POVT-12-0154-FCOES-00059 - Rede de águas Residuais do Concelho da Lousã - 3ª fase - IFDR - IF p o Regional	26/03/2014	18/08/2014	101	115 000,00 €	115 000,00 €	3,91	3,91	96 626 68 €	19 559,49 €	116 186,17 €	18 373,32 €	534,11 €	18 907,43 €	0	18 373,32 €	- €
B/E CENTRO-07-2316-FEDER-000249_04645 - Requalificação da Praça Cândido dos Reis - Agência para o Desporto	10/03/2020	30/04/2020	240	2 100 000,00 €	1 107 135,15 €	0,65	2,249	- €	2 635,21 €	2 635,21 €	- €	7 462,33 €	0	604 245,97 €	1 107 135,15 €	
B/E CENTRO-07-2316-FEDER-000251_04653 - Requalificação da Praça De Luís de Camões Rua Dr. Henrique de Figueiredo - Agência para o Desporto	10/03/2020	30/04/2020	180	30 584,71 €	23 333,33 €	0,09	2,598	833 33 €	9 92 €	843 25 €	1666 66 €	- €	1666 66 €	0	22 500,00 €	20 833,34 €
Centro 0-07-2316-FEDER-000248_4604 Requalificação da Rua do Conde de Riba General Humberto Delgado/Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/Rua dos Combatentes da Grande Galeria - Agência para o Desporto	10/03/2020	30/04/2020	180	98 916,40 €	98 916,40 €	0,09	1,487	3 532,73 €	24,61 €	3 557,34 €	7 065,46 €	- €	7 065,46 €	0	95 383,67 €	88 318,21 €
Batata de Almeida Centro 0-07-2316-FEDER-000252_04674 - Agência para o Desporto	15/06/2020	04/11/2020	180	200 000,00 €	133 333,34 €	0	2,274	- €	- €	- €	6 277,64 €	- €	6 277,64 €	0	87 886,94 €	81 169,30 €
Requalificação da Avenida São Silvestre e Rua Prof. António Batista de Almeida Centro 0-07-2316-FEDER-000252_04674 - Agência para o Desporto	8 375 603,56 €	7 264 877,18 €	7 264 877,18 €	4 715 185,94 €	4 12 979,69 €	5 128 165,63 €	4 159 13,61 €	16 41195 €	4 32 325,56 €	- €	2 046 802,07 €	2 133 777,64 €	- €	133 333,34 €	123 809,53 €	

QUADRO 7 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

8 – Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimentos são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O Município da Lousã tem como propriedades de investimento, nomeadamente, terrenos na Zona Empresarial e, um edifício na praia fluvial da Nossa Senhora da Piedade, sendo as quantias escrituradas e as variações no período em análise as seguintes:

							Modelo do Custo	
							Anual (período 14) 2022	
Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período								
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial				Variações			
		Adições	Transf. internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	10 024,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 024,39
Edifícios e outras construções	78 926,65	0,00	0,00	-986,58	0,00	0,00	0,00	77 940,07
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	88 951,04	0,00	0,00	-986,58	0,00	0,00	0,00	87 964,46
								0,00

QUADRO 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

										Modelo do Custo
										Anual (período 14) 2022
Propriedades de Investimento - Adições										
RUBRICAS										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Lotação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 8.1 A) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO ADIÇÕES

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alicenações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 8.1 b) – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO – MODELO DE CUSTO DIMINUIÇÕES

9 – Imparidades de Ativos

No caso das Imparidades de Ativos, o Município da Lousã registou Imparidades para Clientes acumuladas de 262.231,42€, correspondendo ao saldo da conta 219 – Perdas por Imparidade Acumuladas, tendo sido efetuado uma reversão, no exercício de 2022, de 4.420,52€, já que, durante o ano de 2022, foram registados pagamentos por parte dos clientes, contribuintes e utentes nesse mesmo valor.

2022

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	1 626 569,30	0,00	0,00	1 626 569,30
Outros depósitos	348 006,83	0,00	0,00	348 006,83
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	573 825,57	0,00	0,00	573 825,57
Clientes, contribuintes e utentes	319 299,28	266 651,94	4 420,52	57 067,86
Fornecedores	402 731,49	0,00	0,00	402 731,49
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	2 963 690,57	0,00	0,00	2 963 690,57
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	146 810,63	0,00	0,00	146 810,63
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	1 204 470,46	0,00	0,00	1 204 470,46
Propriedades de investimento	87 964,46	0,00	0,00	87 964,46
Ativos fixos tangíveis	56 679 230,56	0,00	0,00	56 679 230,56
Ativos intangíveis	14 471,80	0,00	0,00	14 471,80
Investimentos em curso	1 705 233,12	0,00	0,00	1 705 233,12
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	66 072 304,07	266 651,94	4 420,52	65 810 072,65

QUADRO 9 – IMPARIDADES DE ATIVOS

10 – Inventários

Em relação aos Inventários as divulgações são a informação da conta inventários e os movimentos do período.

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	146 810,63 €	- €	146 810,63 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	146 810,63 €	- €	146 810,63 €

QUADRO 10.1 – INVENTÁRIOS

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	143 534,98 €	257 076,05 €	256 120,85 €	- €	- €	- €	573,36 €	2 893,81 €	146 810,63 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	143 534,98 €	257 076,05 €	256 120,85 €	- €	- €	- €	573,36 €	2 893,81 €	146 810,63 €

QUADRO 10.2 – INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

11 – Agricultura

Não aplicável.

12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes possam ser mensurados com fiabilidade. Em relação às notas, estas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

Desta forma, o detalhe dos rendimentos com contraprestação é o seguinte:

		Câmara Municipal da Lousã		2022		
		Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2022				
Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7043	Taxas específicas das autarquias locais	205 847,87	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	14 741,21	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Vendas					
711	Mercadorias	165,12	0,00	0,00	0,00	0,00
712	Produtos acabados e intermédios	81,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
7203	Serviços específicos das autarquias locais	404 531,91	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	14 882,03	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
784	Ganhos em inventários	2 095,52	0,00	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	945 972,48	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	694 211,56	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	49 623,86	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3 575,92	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
	Total:	2 336 528,48	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO 2022

14 – Rendimento de Transações sem Contraprestação

No caso das transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos tratam-se de benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às Administrações Públicas. As Transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam, impostos.

O detalhe dos rendimentos sem contraprestação, durante o ano de 2022, é o seguinte:

Câmara Municipal da Lousã

2022

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Inicio do período	Final do período	
701 Impostos Diretos					
70103 Derrama	650 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70105 Imposto municipal sobre imóveis	2 103 801,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	468 697,88	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70208 Impostos Indiretos específicos das autarquias locais	43,30	0,00	0,00	0,00	0,00
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	889 189,98	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111 Estado	7 554 194,79	0,00	0,00	0,00	0,00
75119 Outras entidades	44 429,01	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Resto do Mundo	250 033,78	0,00	0,00	0,00	0,00
752 Subsídios correntes	114 723,84	0,00	0,00	0,00	0,00
76 Reversões					
762 De perdas por imparidade	4 420,52	0,00	0,00	0,00	0,00
763 De provisões	64 473,84	0,00	0,00	0,00	0,00
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	804 415,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	12 948 423,10	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO 2022

15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No caso das **Provisões** são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes disposições:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em relação aos vários processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município da Lousã, quer instaurados por outras entidades, após reappreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, verificou-se a reversão da provisão para outros riscos e encargos para o valor 64.473,84€ (PROC.N 208 ...) e, constituiu-se provisão para o Processo N. 180.../22, no valor de 632.258,27€, na medida em que, há um risco elevado de ocorrer decisão desfavorável para o Município da Lousã.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	
Impostos, contribuições e taxas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	64 473,84 €	632 258,27 €	- €	- €	632 258,27 €	- €	64 473,84 €	- €	632 258,27 €
Processos judiciais em curso									
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais									
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	64 473,84 €	632 258,27 €	- €	- €	632 258,27 €	- €	64 473,84 €	- €	632 258,27 €

QUADRO 15 – PROVISÕES

No caso dos **Passivos Contingentes** que são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

No caso do Município da Lousã há a salientar o Proc. 4.../23, em que o risco é médio e apesar, de o valor ser de 5.163,11€ há um seguro de responsabilidade civil, tendo a seguradora sido chamada à ação.

Os **Ativos Contingentes** são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade. No caso do Município da Lousã, nada há a divulgar.

16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 – Acontecimentos após a data de relato

Após a data de 31 de dezembro de 2022, existem acontecimentos que devem ser mencionados devido ao impacto que irão ter nas demonstrações financeiras do ano subsequente, e que ocorreram até aprovação da Prestação de Contas de 2022, tais como:

- Resultado Líquido Negativo Antes de Impostos da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA:

A APIN registou, no exercício de 2022, um resultado líquido do exercício antes de impostos negativo de 2.129.137,03€ e um resultado líquido do exercício de – 1.697.606,08€.

De acordo com o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, Lei N.º 50/2012, de 31 de agosto, no artigo 40, n.º 2 refere que: “*Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*”.

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA		Contribuinte: 515515507	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 December 2022		Moeda: EURO	
Rúbrica	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	22	13.106.238,38	13.457.743,73
Subsídios à exploração	32	1.556.309,51	68.805,95
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4.785.891,60	-4.621.547,78
Fornecimentos e serviços externos	27	-7.150.695,05	-6.817.671,67
Gastos com o pessoal	28	-4.021.001,90	-3.642.883,21
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-87.627,00	-414.221,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor			30,86
Outros rendimentos	29	237.362,01	49.642,06
Outros gastos	30	-120.577,56	-106.102,74
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.265.893,21	-2.026.203,80
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-718.719,49	-411.952,21
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.984.612,70	-2.438.156,01
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-144.524,33	-87.886,00
Resultado antes de impostos		-2.129.137,03	-2.526.042,01
Imposto sobre o rendimento do período	25	431.530,95	365.903,22
Resultado líquido do período		-1.697.606,08	-2.160.138,79

(Fonte: Relatório de Gestão de 2022, da APIN)

Assim, de acordo com o resultado apresentado e de acordo com a lei, o Município da Lousã terá no exercício de 2023, de efetuar uma transferência necessária à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Desta forma, como o Resultado Líquido Antes de Impostos da APIN foi de – 2.129.137,03€ e, sendo a Participação do Município da Lousã de 18,39%, o valor a considerar será de 391.548,30€, com vista a equilibrar os resultados do período da participada. No exercício de 2023, deverá ser classificada esta verba na conta *606 – Transferências para Cobertura de Prejuízos*.

As Demonstrações Financeiras Individuais do exercício de 2022, do Município da Lousã, foram autorizadas para emissão em 10 de abril de 2023, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

18 – Instrumentos Financeiros

A NCP 18 contém as orientações para o reconhecimento e mensuração de todos os ativos e passivos financeiros, dos quais os instrumentos financeiros são uma parte. Neste sentido, as respetivas divulgações atendem a esta consideração. Assim, neste ponto a entidade deve divulgar, em relação às políticas contabilísticas, as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ativos Financeiros

Conforme o parágrafo 10 da NCP 18, os ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor ou ao custo amortizado, conforme os parágrafos 11 e 12 respetivamente.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo aquisição a)	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo aquisição	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 204 470,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 204 470,46 €

Nota: No caso do Município da Lousã, os ativos financeiros foram mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo de aquisição.

QUADRO 18.1 – ATIVOS FINANCEIROS

No caso das contas consolidadas o Quadro 18.1 – Ativos Financeiros, assume o seguinte aspeto:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Financeiros Mensurados ao custo aquisição #)	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 002 180,46 €
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Participações financeiras - custo aquisição	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 002 180,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 002 180,46 €

#) No caso das Participações Financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição, à exceção da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA, a qual está mensurada ao Método de Equivalência Patrimonial.

QUADRO 18.1 – ATIVOS FINANCEIROS – CONTAS CONSOLIDADAS

Passivos Financeiros

Em relação aos Passivos Financeiros, nada há a divulgar.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas e justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Passivos Financeiros Mensurados ao justo valor através de resultados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros Mensurados ao custo amortizado	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Passivos Financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

QUADRO 18.2 – PASSIVOS FINANCEIROS

19 – Benefícios dos empregados

Não aplicável.

20 – Divulgações de Partes Relacionadas

Neste ponto devem ser identificadas quais as entidades controladas e as transações efetuadas entre as partes relacionadas.

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230 - 347 Penela		18,39%	18,39%

QUADRO 20.1 – ENTIDADES PARTICIPADAS

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo final do Período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
APIN - Empresa Intermun. do Pinhal Interior, EIM. SA	Participada com Controlo Indirecto	Transferências e Subsídios Concedidos	701 969,35 €	28,89%	0,00 €
		Aquisição de Bens e Serviços	194 374,51 €	3,71%	7 355,90 €
		Aquisição de Bens de Capital	225 408,99 €	10,35%	0,00 €

QUADRO 20.2 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

21 – Relato por Segmentos

Não aplicável.

22 – Interesses em Outras entidades

Não Aplicável.

23 - Outras Divulgações

O exercício de 2022 é o terceiro ano no qual os Municípios estão a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o que possibilita uma comparabilidade entre exercícios que não se verificou no exercício de 2020.

Assim, a comparabilidade entre os anos de 2021 e 2022, já se pode efetuar de forma direta, visto, se tratar do mesmo normativo contabilístico.

- a) No caso dos **Rendimentos e Ganhos**, os valores recebidos no exercício de 2022 e em 2021 foram os seguintes:

Rendimentos e Ganhos		2021	2022
70	Impostos, contribuições e taxas	3 736 752,92	4 332 321,24
71	Vendas	242,25	246,12
72	Prestações de serviços e concessões	247 053,13	419 413,94
75	Transferências e subsídios obtidos	6 065 765,86	7 963 381,42
76	Reversões	183,80	68 894,36
78	Outros rendimentos	2 110 330,32	2 497 118,58
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31,13	3 575,92
Total		12 160 359,41	15 284 951,58

No exercício de 2022, face aos exercícios anteriores, verificou-se uma alteração da política contabilística em relação às transferências recebidas pela Participação do Município do IVA e do IRS, na medida em que, nestas transferências recebidas procedeu-se à especialização do exercício para os valores recebidos.

Assim, face à Participação do IVA de acordo com o artigo 26-Aº da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o valor dos Municípios na receita do IVA, a participação referida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º é distribuída aos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de

alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. O valor referente à participação dos municípios na receita do IVA é apurado com base no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado se refere.

Desta forma, houve a necessidade de regularizar a Participação do IVA recebida no exercício de 2022, que fazendo a especialização do exercício diz respeito ao exercício de 2020, tendo sido debitado o valor dos ganhos de 2022 em contrapartida da conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores. O valor da participação que será recebida no exercício de 2023, diz respeito à Participação do exercício de 2021. Tendo sido imputado a Resultados de Exercícios Anteriores em contrapartida da conta Devedores por Acréscimos (Periodização Económica) participação do IVA 2021, que será recebido o valor em 2023.

A Participação no IVA referente ao exercício de 2022, foi especializada nos Ganhos de 2022 através da estimativa do cálculo da média da receita apurada nos últimos dois exercícios e em contrapartida da Conta Devedores por Acréscimos (Periodização Económica) participação do IVA 2022, receita que só será transferida para o município no ano de 2024.

Já em relação à Participação do IRS, segundo o artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. Desta forma, foi feita a especialização do valor recebido no exercício de 2022 e imputados aos Resultados Transitados de Períodos Anteriores e, foi reconhecido o valor da Participação de IRS referente a 2022 nos Ganhos do período em análise, em contrapartida da Conta Devedores por Acréscimos (Periodização Económica) participação do IRS 2022.

Em relação aos Impostos, Contribuições e Taxas verificou-se um acréscimo de 15,94%, face ao ano anterior. As Transferências e Subsídios Obtidos também registaram um incremento de 31,28%, tendo havido um aumento de 1.897.615,56€.

As restantes rubricas, nomeadamente, as Prestações de Serviços e Concessões, as Reversões e os Outros Rendimentos, também registaram incrementos de 172.360,81€; 68.710,56€; 386.788,26€.

b) Os **Gastos e Perdas** do exercício de 2021 para o de 2022, registaram a seguinte evolução:

Gastos e Perdas		2021	2022
60	Transferências e subsídios concedidos	2 125 984,69	2 643 780,04
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	211 753,15	256 120,85
62	Fornecimentos e serviços externos	3 641 884,72	4 434 506,40
63	Gastos com pessoal	3 943 624,78	5 266 930,36
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 902 707,88	2 714 587,98
65	Perdas Por Imparidade	9 442,49	0,00
67	Provisões do Periodo	0,00	632 258,27
68	Outros gastos	431 917,80	517 795,43
69	Gastos por juros e outros encargos	16 465,33	14 824,57
Total		13 283 780,84	16 480 803,90

Face aos Gastos e Perdas a evolução nestes dois exercícios foi a seguinte: as Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 517.795,35€, de 2021 para 2022, e nos Fornecimentos e Serviços Externos o incremento foi de 21,76%, representando um aumento de 792.621,68€.

Os Gastos Com o Pessoal, foi uma das rubricas que registou um aumento muito expressivo, justificado com a transferência dos colaboradores do Ministério da Educação para o Município por causa da Transferência de Competências, que ocorreu a 1 de abril de 2022. Este aumento foi de 1.323.305,58€.

As Provisões no exercício de 2022, face ao exercício de 2021, tiveram um crescimento de 632.258,27€.

Já os Gastos de Depreciação e de Amortização, a evolução foi contrária às restantes rubricas dos Gastos e Perdas, já que, registaram um decréscimo de 6,48%, isto é, uma diminuição de 188.119,90€.

Na conta 68 – Outros Gastos, há a salientar o movimento, tanto do exercício de 2021 e 2022, do valor dos prejuízos registados da aplicação do método de equivalência patrimonial da participação da APIN, tendo sido acrescentado o valor de 293.899,77€ nos custos de 2021 e, de 168.491,32€ nos custos de 2022. No período em análise, esta rubrica registou um crescimento de aproximadamente 20,00%.

c) Nas **Outras Divulgações** à semelhança do que foi descrito no exercício de 2021, há a salientar o facto que no ano de 2019, o Município da Lousã ter assinado um contrato de gestão delegada com a APIN, através do qual foi cedida à APIN a exploração do Sistema de Abastecimento de Águas, Saneamento de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos. Assim, enquanto não for formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de gestão delegada, o Município manterá no seu Ativo Fixo Tangível os bens cedidos.



RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2022

ENCERRAMENTO

O presente Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022, contém-se em 58 (cinquenta e oito) páginas devidamente numeradas, foi aprovado pela Câmara Municipal na reunião de 19 de junho de 2023, em conformidade com o disposto na alínea i) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

O Presidente da Câmara

Luis Miguel
Correia Antunes

Assinado de forma digital por Luis
Miguel Correia Antunes
Dados: 2023.06.19 17:33:46
+01'00'

Os/As Vereadores/as

Assinado por: Víctor Eugénio das Neves Carvalho
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.19 11:57:44+01'00'

HENRIQUETA CRISTINA
FERREIRA DA SILVA
BEATO DE OLIVEIRA

Assinado de forma digital por
HENRIQUETA CRISTINA FERREIRA
DA SILVA BEATO DE OLIVEIRA
Dados: 2023.06.19 12:31:27 +01'00'

JOÃO ANTÓNIO
MARTINS DOS SANTOS

Assinado de forma digital por JOÃO
ANTÓNIO MARTINS DOS SANTOS
Dados: 2023.06.19 12:32:45 +01'00'

RICARDO EMANUEL
SOARES FERNANDES

Assinado de forma digital por
RICARDO EMANUEL SOARES
FERNANDES
Dados: 2023.06.19 12:30:09 +01'00'

Assinado por: Ana Paula Dias Neves Sançana
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.19 11:36:20+01'00'

Assinado por: Alcindo José Gonçalves Quaresma
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.19 12:23:20+01'00'

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Documento apreciado e votado na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2023, em conformidade com o disposto na alínea I) do nº2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

A Presidente da Assembleia

Assinado por: ANA MARIA DA CONCEIÇÃO
FERREIRA
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.30 08:59:22 +0100

O 1.º Secretário

MARIA ALDINA DA
COSTA SANCHO
MARTINS

Assinado de forma digital por MARIA
ALDINA DA COSTA SANCHO
MARTINS
Dados: 2023.06.29 23:05:08 +01'00'

A 2.ª Secretária

Assinado por: Orlando António Lopes Ferreira
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.06.30 10:08:41+01'00'